26º ENANCIB
Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação
A Amazônia na sociedade global em rede: assimetrias e potencialidades informacionais, tecnológicas e ambientais
Belém, Pará, 09 a 13 de novembro de 2026
Universidade Federal do Pará

XXVI ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - XXVI ENANCIB

ISSN 2177-3688

GT 4 – Gestão da Informação e do Conhecimento

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UMA CRÍTICA EPISTEMOLÓGICA, CIENTÍFICA E POLÍTICA AO TERMO

SUSTAINABLE DEVELOPMENT: *AN EPISTEMOLOGICAL, SCIENTIFIC, AND POLITICAL CRITIQUE OF THE TERM*

Genilson Geraldo – Universidade Federal do Paraná (UFPR)
Danielly Oliveira Inomata – Universidade Federal do Amazonas (UFAM)

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Este estudo tem como objetivo analisar, sob perspectivas epistemológicas, científicas e políticas, o conceito de Desenvolvimento Sustentável, problematizando suas contradições teóricas e práticas no contexto do capitalismo contemporâneo. Busca, ainda, refletir sobre as contribuições da Ciência da Informação e da Gestão da Informação e do Conhecimento para a construção de perspectivas críticas, informacionalmente responsáveis e efetivamente sustentáveis. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica fundamentada no ensaio crítico. Os resultados discutem as contradições do desenvolvimento sustentável pautado na lógica capitalista de crescimento contínuo, em detrimento dos princípios da sustentabilidade. Embora sejam reconhecidas iniciativas da Ciência da Informação, especialmente no âmbito da gestão da informação e do conhecimento nas organizações, argumenta-se que tais esforços ainda são insuficientes para a construção de uma crítica epistemológica, científica e política consistente. Por fim, o estudo destaca a necessidade de fortalecer a produção de saberes ambientais comprometidos com a equidade, a diversidade cultural e as múltiplas dimensões da justiça social, informacional e ambiental.

Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; crítica epistemológica; crítica científica; crítica política; gestão da informação e do conhecimento.

Abstract: This study aims to analyze, from epistemological, scientific, and political perspectives, the concept of Sustainable Development, problematizing its theoretical and practical contradictions within the context of contemporary capitalism. It also seeks to reflect on the contributions of Information Science and Information and Knowledge Management to the construction of critical, information-responsible, and genuinely sustainable perspectives. This is an exploratory study with a qualitative approach, developed through bibliographic research grounded in the critical essay method. The findings discuss the contradictions of sustainable development when guided by the capitalist logic of continuous economic growth, often at the expense of sustainability principles. Although initiatives within Information

Science are acknowledged, particularly in the field of information and knowledge management in organizations, it is argued that such efforts remain insufficient for the development of a consistent epistemological, scientific, and political critique. Finally, the study highlights the need to strengthen the production of environmental knowledge committed to equity, cultural diversity, and the multiple dimensions of social, informational, and environmental justice.

Keywords: Sustainable development; epistemological critique; scientific critique; political critique; information and knowledge management.

1 INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas vem se discutindo o conceito de desenvolvimento sustentável. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, conhecida como Comissão Brundtland (criada em 1983), através de estudos sobre a relação entre o homem e o meio ambiente, apresentou uma definição de Desenvolvimento Sustentável na publicação do Relatório "Nosso Futuro Comum", em 1987, afirmando que Desenvolvimento Sustentável é o desenvolvimento que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades.

Esta conceituação consolidou-se como um dos principais discursos orientadores das agendas globais relacionadas ao meio ambiente, à economia e às políticas públicas. Organismos internacionais, governos, empresas e instituições passaram a adotar o termo como referência para a formulação de estratégias voltadas à mitigação das crises ambientais e sociais contemporâneas.

Entretanto, apesar de sua ampla difusão e aceitação, o conceito permanece marcado por ambiguidades teóricas, disputas epistemológicas e contradições práticas, especialmente quando associado às lógicas de crescimento econômico, consumo e expansão produtiva características do sistema capitalista contemporâneo.

A expressão desenvolvimento sustentável, desde o Relatório Brundtland (1987), busca conciliar dois paradigmas inconciliáveis: o crescimento econômico contínuo e a preservação ecológica. Neste contexto, questiona-se: em que medida o termo “desenvolvimento sustentável” legitima a continuidade do modelo de gestão econômica capitalista sob uma aparência “verde”? como ele tem sido cooptado por políticas neoliberais e pelo

greenwashing[1] institucional, organizacional e governamental? Quais alternativas conceituais emergem como "decrescimento", "sustentabilidade real" e "desenvolvimento regenerativo"?

Essas reflexões ganham ainda mais relevância no âmbito da Ciência da Informação, especialmente diante das discussões ocorridas no GT 4 da vigésima quinta edição do Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), realizado na cidade do Rio de Janeiro. Na ocasião, os debates entre os participantes evidenciaram inquietações acerca da própria compatibilidade entre os termos "desenvolvimento" e "sustentável", problematizando se seria possível sustentar indefinidamente modelos baseados no crescimento contínuo.

A partir dessas indagações, emergiu também a necessidade de compreender como a Ciência da Informação e, mais especificamente, a Gestão da Informação e do Conhecimento pode contribuir criticamente para essa discussão, seja por meio da mediação qualificada da informação sustentável, da análise dos discursos institucionais sobre sustentabilidade, da governança informacional, da transparência e qualidade dos dados, ou ainda pela construção de modelos informacionais comprometidos com práticas efetivamente sustentáveis e socialmente responsáveis.

Diante deste contexto, o presente estudo, que pode ser caracterizado como um ensaio crítico, tem o objetivo de analisar epistemológica, científica e politicamente o conceito de Desenvolvimento Sustentável, problematizando suas contradições teóricas e práticas no contexto do capitalismo contemporâneo, bem como refletir sobre as contribuições da Ciência da Informação e da Gestão da Informação e do Conhecimento para a construção de perspectivas críticas, informacionalmente responsáveis e efetivamente sustentáveis.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

As reflexões apresentadas neste ensaio derivam, em parte, de debates teóricos desenvolvidos na tese "Proposição de diretrizes de qualidade e asseguração informacional para monitoramento de Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável", a partir da qual também buscou aprofundar criticamente as relações entre sustentabilidade, discursos

1 O greenwashing — ou lavagem verde, em português — é uma estratégia de marketing comum e ilusória na qual empresas promovem seus produtos como ambientalmente responsáveis sem cumprir os critérios reais de sustentabilidade. Fonte: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/greenwashing-entenda-o-que-e-e-aprenda-a-se-defender-de-propagandas-falsas

hegemônicos de desenvolvimento, governança informacional e os desafios epistemológicos presentes na construção contemporânea do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

2.1 O DEBATE DE ESPECIALISTAS SOBRE O TERMO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O debate acerca do termo "Desenvolvimento Sustentável" tem sido fortemente influenciado por diferentes correntes teóricas e por autores que, embora compartilhem preocupações comuns relacionadas às crises ambientais, sociais e econômicas globais, apresentam interpretações distintas sobre os caminhos possíveis para a transformação dos modelos contemporâneos de desenvolvimento. Entre os principais pensadores dessa discussão destacam-se Wolfgang Sachs, Ignacy Sachs e Jeffrey Sachs, cujas contribuições oferecem perspectivas críticas, pragmáticas e técnico-políticas sobre a temática.

Ainda que exista coincidência no sobrenome, os três autores desenvolvem abordagens significativamente diferentes sobre Desenvolvimento Sustentável. Wolfgang Sachs adota uma perspectiva crítica e desconstrutiva; Ignacy Sachs propõe uma visão integrada e operacional; enquanto Jeffrey Sachs enfatiza soluções globais orientadas por dados, inovação tecnológica e políticas públicas internacionais. Em comum, todos reconhecem a urgência da transformação dos atuais modelos econômicos, sociais e ambientais, considerados insuficientes diante das múltiplas crises do século XXI (Geraldo, 2025).

Wolfgang Sachs (2021) problematiza a utilização recorrente do discurso do Desenvolvimento Sustentável como mecanismo de legitimação da manutenção do *status quo*, especialmente quando práticas econômicas ambientalmente predatórias passam a ser apresentadas sob uma lógica "verde" ou ambientalmente responsável. Para o autor, o Desenvolvimento Sustentável não pode ser reduzido a uma dimensão meramente técnica, gerencial ou mercadológica, devendo estar profundamente vinculada à justiça social, à diversidade cultural e à crítica das estruturas econômicas hegemônicas.

Nessa perspectiva, Wolfgang Sachs (2021) questiona diretamente a possibilidade de compatibilizar crescimento econômico ilimitado com os limites ecológicos do planeta, defendendo a necessidade de perspectivas pós-desenvolvimentistas que rompam com as narrativas tradicionais de progresso (Geraldo, 2025).

Em contraposição a uma abordagem predominantemente crítica, Ignacy Sachs (2008; 2009a; 2009b) apresenta uma proposta mais construtiva e operacional. Reconhecido como

um dos formuladores do conceito de ecodesenvolvimento, o autor defende a integração entre desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental, considerando as especificidades culturais, regionais e sociais de cada território. Para Ignacy Sachs, o Desenvolvimento Sustentável somente pode ser efetivado mediante planejamento estratégico, cooperação internacional, políticas públicas estruturantes e processos de inovação tecnológica socialmente orientados. Sua abordagem enfatiza a necessidade de uma transição para modelos econômicos mais inclusivos, capazes de promover equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e conservação ambiental (Geraldo, 2025).

Já Jeffrey Sachs (2017) desenvolve uma perspectiva mais pragmática e global, fortemente associada à Agenda 2030 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU), dos quais participou ativamente na formulação. O autor compreende o Desenvolvimento Sustentável como resultado do equilíbrio entre desenvolvimento econômico, proteção ambiental e equidade social, atribuindo papel central à ciência, aos dados, às tecnologias limpas e à cooperação internacional para o enfrentamento de desafios globais, como pobreza extrema, mudanças climáticas e desigualdades sociais. Nesse contexto, Jeffrey Sachs defende estratégias voltadas à economia circular, à transição energética e ao uso de evidências científicas como subsídio para formulação de políticas públicas sustentáveis (Geraldo, 2025).

Apesar das diferenças epistemológicas, teóricas e metodológicas entre os autores, as três perspectivas convergem ao reconhecer que os modelos tradicionais de desenvolvimento, baseados no crescimento econômico irrestrito e no consumo intensivo de recursos naturais, mostram-se incompatíveis com a sustentabilidade planetária. Todos destacam a necessidade de mudanças estruturais nos modos de produção, consumo e governança, bem como a importância da cooperação internacional para enfrentamento das crises ambientais contemporâneas (Geraldo, 2025).

Contudo, os caminhos propostos por cada autor diferem significativamente. Wolfgang Sachs propõe uma crítica profunda à própria lógica do desenvolvimento, defendendo alternativas pós-hegemônicas e modelos centrados na pluralidade de experiências locais e comunitárias. Ignacy Sachs busca operacionalizar o Desenvolvimento Sustentável por meio de estratégias integradas de planejamento e desenvolvimento territorial. Jeffrey Sachs, por sua

vez, aposta em soluções globais sustentadas por inovação tecnológica, ciência e políticas públicas internacionais articuladas (Geraldo, 2025).

Dessa forma, as contribuições de Wolfgang Sachs, Ignacy Sachs e Jeffrey Sachs oferecem uma compreensão ampla e multifacetada sobre Desenvolvimento Sustentável, demonstrando que o enfrentamento das crises ambientais e sociais contemporâneas exige tanto uma crítica estrutural aos modelos econômicos vigentes quanto a construção de estratégias práticas, integradas e inovadoras para transformação social, ambiental e informacional.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de natureza básica, exploratória quanto aos seus objetivos, com abordagem qualitativa, com procedimento de pesquisa bibliográfica, por meio de uma revisão narrativa, desenvolvida a partir da abordagem de ensaio crítico.

A revisão narrativa permite olhar para o objeto de forma ampla e interpretativa (Rother, 2007), tendo como finalidade discutir determinado tema, apresentar seu desenvolvimento, organizar conceitos e construir uma síntese crítica capaz de orientar o leitor (Rother, 2007), por meio de construção textual cuja qualidade depende da clareza dos objetivos, das escolhas bibliográficas, da consistência das referências utilizadas e da capacidade de elaborar síntese crítica coerente (Baethge; Goldbeck-Wood; Mertens, 2019). As principais bibliografias eleitas para este ensaio critico, são as referências em Sustentabilidade, como Boff (2015), Ignacy Sachs (2008; 2009a; 2009b), Jeffrey Sachs (2017), Leff (2010; 2012; 2015) e Wolfgang Sachs (2021), trazendo para o diálogo Krenak (2019; 2020; 2022) e Nego Bispo (2023).

Deste modo, o ensaio crítico, enquanto procedimento teórico-reflexivo, possibilita a problematização de conceitos, discursos e estruturas hegemônicas, permitindo a articulação entre diferentes correntes teóricas, epistemológicas e políticas (Casali, 2020), acerca do Desenvolvimento Sustentável.

Como procedimento metodológico, utilizou-se a revisão bibliográfica, baseada na análise de livros e artigos científicos relacionados às discussões sobre Sustentabilidade, Desenvolvimento Sustentável, decrescimento, pós-desenvolvimento, desenvolvimento

regenerativo e críticas ao capitalismo verde. Foram analisadas especialmente as contribuições teóricas de autores e pesquisadores que discutem criticamente as dimensões ambientais, econômicas, sociais e informacionais da sustentabilidade.

A análise fundamenta-se em uma perspectiva epistemológica crítica, buscando identificar contradições, ambiguidades conceituais e disputas discursivas presentes na utilização do termo “Desenvolvimento Sustentável”, especialmente no contexto das agendas globais, das políticas neoliberais e das práticas de *greenwashing* institucional e organizacional.

Adicionalmente, o estudo dialoga com aportes da Ciência da Informação e da Gestão da Informação e do Conhecimento, considerando aspectos relacionados à governança informacional, à mediação da informação sustentável, à qualidade da informação e à construção de discursos institucionais sobre sustentabilidade.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme abordado no presente ensaio crítico, o conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente difundido a partir do Relatório Brundtland (1987), tem sido objeto de críticas que questionam seus fundamentos teóricos, políticos e epistemológicos. Sob uma perspectiva crítica, diversos autores argumentam que a expressão representa uma tentativa de conciliar duas lógicas potencialmente incompatíveis: a busca pelo crescimento econômico contínuo em um planeta marcado pela finitude dos recursos naturais (Oliveira; Gentil, 2024). Nessa interpretação, o desenvolvimento sustentável não se configura como um conceito científico rigorosamente definido, mas como um valor normativo ou mesmo um mito contemporâneo que contribui para legitimar a permanência das estruturas do sistema capitalista (Kruse; Cunha, 2022; Oliveira; Gentil, 2024; Vizeu; Meneghetti; Seifert, 2012).

Do ponto de vista epistemológico, Mageste (2023) argumenta que o conceito emerge de uma matriz eurocêntrica e colonialista que posiciona o Norte Global como referência universal de conhecimento e progresso. Nessa lógica, a natureza é concebida predominantemente como um conjunto de recursos destinados à satisfação das necessidades humanas e à expansão econômica. Tal racionalidade instrumental e tecnicista desconsidera outras formas de compreender e experienciar a relação entre sociedade e natureza, especialmente aquelas construídas por povos originários, comunidades tradicionais e outros grupos historicamente marginalizados (Mageste, 2023).

Essa crítica evidencia ainda a ambiguidade estratégica do termo desenvolvimento sustentável, cuja flexibilidade conceitual permite sua apropriação por Estados e grandes corporações para promover discursos de responsabilidade ambiental sem, necessariamente, questionar as bases estruturais que produzem a degradação socioambiental (Pinto; Freitas, 2017). Nesse sentido, o conceito pode funcionar como instrumento de legitimação do chamado "esverdeamento" do mercado (Pinto; Freitas, 2017), preservando a lógica da acumulação de capital e da expansão produtiva. Oliveira e Gentil (2024, p. 262) denominam esse processo de "economização do mundo", no qual as dinâmicas sociais e ecológicas são subordinadas aos imperativos econômicos. Como consequência, emerge aquilo que Boff (2012) e Pinto e Freitas (2017) denominam de ‘insustentabilidade do desenvolvimento sustentável’, uma vez que a lógica do crescimento permanente implica, inevitavelmente, maior consumo de matéria e energia, entrando em conflito com os limites biofísicos da biosfera.

Diante dessas contradições, Pinto e Freitas (2017) propõem uma inversão conceitual e política: em vez de buscar um desenvolvimento que se pretenda sustentável sob a lógica do mercado, defendem a construção de uma sustentabilidade com desenvolvimento, centrada na ética da vida, na equidade social e na efetivação dos direitos humanos. Nessa direção, a crítica epistemológica ao desenvolvimento sustentável exige a construção de alternativas contra-hegemônicas, capazes de valorizar saberes emancipatórios e formas de conhecimento não subordinadas ao que Antunes, Nascimento e Queiroz (2017, p. 58) denominam de "capitalismo científico". Trata-se, portanto, de "reflorestar a imaginação" (Antunes; Nascimento; Queiroz, 2017, p. 57) por meio de novos referenciais teóricos, éticos e políticos voltados à transformação das relações entre sociedade e natureza.

É nesse contexto que se insere a contribuição de Leff (2010; 2012; 2015), que propõe a Racionalidade Ambiental como uma alternativa à racionalidade econômica e instrumental dominante. Para o autor, a crise ambiental contemporânea não decorre apenas de falhas na gestão dos recursos naturais, mas de uma crise civilizatória associada ao modelo moderno de produção e conhecimento. Fundamentada no lucro, no cálculo utilitário e na exploração intensiva da natureza, essa racionalidade tornou-se incapaz de responder aos desafios ecológicos e sociais que ela própria produziu.

Leff (2015) propõe uma nova forma de compreender a relação entre sociedade, economia e natureza, baseada no que denomina Saber Ambiental. Trata-se de uma epistemologia política orientada para a sustentabilidade da vida, que reconhece os limites ecológicos do planeta e incorpora a cultura, a diversidade e os valores sociais como elementos centrais dos processos de desenvolvimento. Em vez de subordinar a natureza à lógica econômica, a Racionalidade Ambiental busca integrar as dimensões ecológicas, sociais, culturais e políticas em uma perspectiva de justiça socioambiental.

Um dos pilares dessa proposta é o diálogo de saberes, entendido como a articulação entre o conhecimento científico moderno e os conhecimentos produzidos por povos indígenas, comunidades tradicionais e grupos locais. Para Leff (2015), esses saberes são essenciais para a construção de formas mais sustentáveis de manejo dos recursos naturais e para a superação das limitações impostas pela racionalidade moderna. Além disso, a Racionalidade Ambiental pressupõe uma nova ética baseada no respeito à diversidade cultural, na reconstrução da relação entre ser humano e natureza e na ampliação dos direitos sociais, culturais e ambientais por meio de processos democráticos de gestão.

Nessa perspectiva, a conservação da biodiversidade não pode ser dissociada da valorização da diversidade cultural. Os significados atribuídos à natureza são construídos socialmente e influenciados pelos valores, práticas e cosmovisões de diferentes grupos humanos. Assim, a proposta de Leff (2015) representa uma tentativa de reorientar os processos de desenvolvimento a partir dos princípios do equilíbrio ecológico, da pluralidade cultural e da dignidade humana.

Em diálogo com essa perspectiva crítica, Boff (2015) também questiona os limites da concepção tradicional de desenvolvimento sustentável e propõe uma abordagem fundamentada na ética do cuidado e na centralidade da vida. Para o autor, a sustentabilidade deve ser compreendida como o conjunto de ações destinadas a preservar e fortalecer as condições que permitam a continuidade da vida em todas as suas formas, considerando a Terra como um organismo vivo, interdependente e dotado de capacidade própria de regeneração.

Boff (2015) argumenta que existe uma contradição estrutural entre a lógica capitalista de crescimento contínuo, competição e acumulação e os princípios ecológicos de equilíbrio, cooperação e interdependência. Por essa razão, o autor questiona a própria noção de

desenvolvimento sustentável quando esta permanece vinculada aos pressupostos do modelo econômico dominante. Sua crítica estende-se à chamada economia verde, vista como uma estratégia que busca tornar os processos produtivos menos poluentes sem alterar os padrões de produção e consumo que estão na origem da crise ambiental.

Para além das dimensões econômicas e tecnológicas, Boff (2015) defende uma visão sistêmica que reconheça os seres humanos como parte integrante da comunidade da vida. Nessa compreensão, a sustentabilidade exige o resgate de valores como fraternidade, solidariedade, cooperação e respeito aos ciclos naturais. O autor enfatiza ainda que não é possível alcançar a sustentabilidade sem enfrentar as desigualdades sociais, promover a justiça social e reconhecer o valor intrínseco de todas as formas de vida.

Desse modo, tanto Leff (2010; 2012; 2015) quanto Boff (2015) convergem na crítica à racionalidade econômica dominante e na defesa de paradigmas alternativos capazes de recolocar a vida, a diversidade e a justiça socioambiental no centro das discussões sobre desenvolvimento. Embora partam de referenciais distintos, ambos contribuem para ampliar o debate sobre sustentabilidade para além das dimensões econômicas, propondo perspectivas que integram aspectos ecológicos, culturais, éticos e políticos na busca por sociedades mais justas, sustentáveis e comprometidas com o futuro das próximas gerações.

Em diálogo com essas abordagens críticas, as reflexões do poeta e escritor brasileiro, Antônio Nego Bispo dos Santos[2], popularmente conhecido como Nego Bispo, e do pensador, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro da etnia indígena, Ailton Alves Lacerda Krenak[3], popularmente conhecido como Ailton Krenak, aprofundam o questionamento sobre os limites epistemológicos e políticos do conceito de desenvolvimento sustentável. Ambos compreendem que o termo permanece vinculado à lógica moderna e colonial que historicamente promoveu a exploração da natureza, a expropriação de territórios e a marginalização de outros modos de existência.

Nessa perspectiva, a simples adição do adjetivo “sustentável” ao desenvolvimento não seria suficiente para enfrentar as causas estruturais da crise socioambiental, uma vez que o

2 Lavrador, poeta, escritor, professor, ativista político e militante do movimento social quilombola e de direitos pelo uso da terra, é uma das principais vozes do pensamento das comunidades tradicionais do Brasil. Fonte: https://www.ancestralidades.org.br/biografias-e-trajetorias/nego-bispo

3 Membro da Academia Brasileira de Letras, é um pensador, ambientalista, filósofo, poeta e escritor brasileiro da etnia indígena crenaque, e professor Honoris Causa pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e pela Universidade de Brasília (UnB). Fonte: https://almapreta.com.br/sessao/cotidiano/ailton-krenak

modelo continua fundamentado na ideia de crescimento econômico contínuo e na instrumentalização da natureza.

Nego Bispo (2023) argumenta que o desenvolvimento está intrinsecamente relacionado aos processos de colonização e à imposição de uma racionalidade que transforma a Terra em objeto de exploração econômica. Em contraposição, defende a valorização dos saberes e práticas de povos quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais, cujas formas de vida são orientadas pela reciprocidade, pelo compartilhamento e pelo respeito aos ciclos naturais. Sua proposta de contra-colonização desloca a discussão da gestão dos recursos naturais para uma relação de pertencimento, coexistência e responsabilidade coletiva com os territórios e com a vida.

De maneira convergente, Krenak (2019; 2020; 2022) questiona os fundamentos da própria ideia de desenvolvimento ao argumentar que a modernidade construiu uma separação artificial entre humanidade e natureza, reduzindo rios, florestas e demais seres vivos à condição de recursos econômicos. Para Airton Krenak, a superação da crise ecológica exige o reconhecimento da interdependência entre todos os seres e a valorização das cosmologias indígenas e da diversidade cultural como elementos fundamentais para a continuidade da vida no planeta.

As contribuições desses pensadores ampliam as críticas formuladas por Leff (2010, 2015) e Boff (2012) ao evidenciarem que a crise ambiental não resulta apenas de um modelo econômico insustentável, mas também de uma matriz civilizatória marcada pelo colonialismo, pelo antropocentrismo e pela homogeneização cultural.

Nesse sentido, Nego Bispo e Krenak defendem uma transformação paradigmática que ultrapassa os limites do desenvolvimento sustentável convencional, propondo a reconstrução das relações entre seres humanos, natureza e território a partir da ancestralidade, da pluralidade de saberes, do cuidado e da centralidade da vida. Suas reflexões contribuem para deslocar o debate da sustentabilidade da lógica do mercado para uma perspectiva ética, comunitária, decolonial e ecocêntrica, fortalecendo a busca por alternativas mais justas e integradas para o futuro da humanidade.

Com isso, as reflexões apresentadas ao longo deste ensaio evidenciam que o conceito de desenvolvimento sustentável está longe de constituir um consenso teórico ou científico. Ao contrário, trata-se de um campo marcado por disputas epistemológicas, políticas e

ideológicas que revelam diferentes concepções de sociedade, natureza e desenvolvimento. As críticas formuladas por autores como Wolfgang Sachs, Leff, Boff, Nego Bispo e Ailton Krenak demonstram que a sustentabilidade não pode ser reduzida a uma dimensão técnica ou gerencial, tampouco ser compreendida exclusivamente a partir dos parâmetros econômicos que historicamente contribuíram para a crise socioambiental contemporânea. Essas abordagens convergem ao questionar a compatibilidade entre crescimento econômico ilimitado e equilíbrio ecológico, bem como ao defender a valorização da diversidade cultural, dos saberes plurais e da centralidade da vida como fundamentos para a construção de alternativas sustentáveis.

No âmbito do debate sobre desenvolvimento sustentável e sustentabilidade, ao revisitar produções científicas identificou-se alguns esforços que nos mostram que nas edições do ENANCIB, os temas vêm se acentuando a partir do ano de 2019, o 'GT4 – Gestão da Informação e do Conhecimento' se destaca na apresentação de trabalhos (Pereira; Pinto, 2026). A Ciência da Informação, enquanto área, vem abrindo espaço para a sustentabilidade, como instrumento fundamental na busca de padrões mais sustentáveis de desenvolvimento (Geraldo; Pinto, 2019), como no caso dos periódicos científicos, em que se entende que promovem a informação para a sustentabilidade (Rodrigues; Vidotti, 2024), ou mesmo pelas reflexões apresentadas pelos ambientes de informação (arquivos, bibliotecas e museus) como auxiliares ao alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No entanto, se observa que uma abordagem crítica sobre o conceito de desenvolvimento sustentável, no contexto de atuação da Ciência da Informação, ainda não foi traçada, ao menos no que se refere à uma crítica epistemológica.

Nesse contexto, a Ciência da Informação possui um papel estratégico que ultrapassa a simples gestão, organização e disseminação de informações sobre sustentabilidade. Como campo científico comprometido com a produção, mediação, governança e uso social da informação, cabe à área problematizar criticamente os discursos, narrativas e indicadores que sustentam determinadas concepções de desenvolvimento. Isso implica questionar quais informações são produzidas, por quem são produzidas, quais interesses representam e quais conhecimentos permanecem invisibilizados nos processos decisórios. Sob essa perspectiva, a Ciência da Informação pode contribuir para a democratização do conhecimento, para a

valorização de epistemologias diversas e para a construção de modelos informacionais mais transparentes, inclusivos e socioambientalmente responsáveis.

Dessa forma, a principal contribuição deste estudo consiste em defender que o debate sobre desenvolvimento sustentável deve ser incorporado à agenda crítica da Ciência da Informação não apenas como objeto temático, mas como um desafio epistemológico para a própria área. Ao dialogar com perspectivas decoloniais, ambientais e contra-hegemônicas, a Ciência da Informação amplia sua capacidade de compreender as relações entre informação, poder, conhecimento e sustentabilidade, fortalecendo sua atuação na promoção da justiça informacional, da governança sustentável e da construção de futuros mais éticos, plurais e comprometidos com a preservação da vida em todas as suas formas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões desenvolvidas neste estudo permitiram evidenciar que o conceito de desenvolvimento sustentável, embora amplamente difundido e incorporado às agendas globais, permanece marcado por ambiguidades teóricas, disputas epistemológicas e contradições políticas. Partindo do objetivo de analisar criticamente esse conceito sob perspectivas epistemológicas, científicas e políticas, verificou-se que sua formulação busca conciliar a lógica do crescimento econômico contínuo com os limites ecológicos do planeta, gerando tensões que têm sido amplamente questionadas por diferentes correntes do pensamento crítico contemporâneo. Nesse sentido, o estudo demonstrou que o desenvolvimento sustentável não pode ser compreendido como um conceito neutro ou consensual, mas como uma construção social e política permeada por interesses, disputas de poder e diferentes visões de mundo.

A análise das contribuições apresentadas neste estudo revelou a existência de um conjunto consistente de críticas ao paradigma desenvolvimentista moderno. Embora partam de referenciais distintos, os autores apresentados neste ensaio, convergem ao questionar a centralidade do crescimento econômico como medida de progresso e ao denunciar os limites de uma racionalidade que transforma a natureza em recurso econômico e subordina a vida aos imperativos do mercado. As perspectivas apresentadas apontam para a necessidade de superar visões reducionistas da sustentabilidade, incorporando dimensões éticas, culturais,

territoriais e ecológicas que reconheçam a diversidade dos saberes, dos modos de vida e das formas de relação entre sociedade e natureza.

O estudo também evidenciou que as contribuições da Ciência da Informação para esse debate vão além da produção e disseminação de informações sobre sustentabilidade. A área possui potencial para atuar criticamente na análise dos discursos e sistemas informacionais que sustentam determinadas narrativas sobre desenvolvimento, sustentabilidade e progresso. Questões relacionadas à qualidade da informação, governança informacional, transparência, mediação do conhecimento e justiça informacional mostram-se fundamentais para compreender como determinadas concepções de sustentabilidade são construídas, legitimadas e difundidas nos diferentes contextos sociais, institucionais e políticos.

No que tange à gestão da informação e do conhecimento, é possível pensar na abertura dos modelos de gestão para uma perspectiva mais colaborativa, envolvendo a comunidade externa, além de colaboradores e *stakeholders*, e incentivando processos mais democráticos, participativos e orientados à sustentabilidade. Assim, a tomada de decisão pode ser pautada pela diversidade cultural e étnica, bem como pela compreensão da localização geográfica em que a organização está inserida e dos territórios com os quais dialoga, de modo que produtos e serviços sejam planejados em consonância com os princípios do saber ambiental.

Conclui-se que a Ciência da Informação possui condições teóricas e metodológicas para contribuir de forma significativa com a construção de perspectivas mais críticas, plurais e comprometidas com a sustentabilidade da vida. Ao dialogar com epistemologias decoloniais, ambientais e contra-hegemônicas, a área amplia sua capacidade de compreender as relações entre informação, conhecimento, tecnologia, poder e sustentabilidade, fortalecendo seu papel na promoção de sociedades mais justas, democráticas e socioambientalmente responsáveis.

Espera-se que este ensaio contribua para ampliar as discussões e novas pesquisas sobre o tema no âmbito da Gestão da Informação e do Conhecimento, para além de ampliar o grupo de interesse ao promover o diálogo inter-transdisciplinar com outras áreas do conhecimento em parceria com a Ciência da Informação. Que no âmago das reflexões sobre as necessidades humanas e os limites ecológicos do Planeta, estejam permanentemente presentes os princípios da equidade, da diversidade cultural e das múltiplas dimensões da

justiça social, informacional e ambiental, reconhecendo que a construção de futuros efetivamente sustentáveis depende não apenas de transformações técnicas e econômicas, mas também de mudanças epistemológicas, éticas e políticas na forma como produzimos, compartilhamos e utilizamos a informação e o conhecimento.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, J.; NASCIMENTO, V. S.; DE QUEIROZ, Z. F. Narrativa crítica acerca do desenvolvimento sustentável: quais relações podemos estabelecer?. **REMEA:** Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande do Sul, v. 34, n. 2, p. 57–75, 2017. Disponível em: https://periodicos.furg.br/remea/article/view/6930 Acesso em: 10 jun. 2026.

BAETHGE, C.; GOLDBECK-WOOD, S.; MERTENS, S. SANRA – a scale for the quality assessment of narrative review articles. **Research Integrity and Peer Review**, [*s.l.*], v. 4, n. 5, p. 1-7, 2019. Disponível em: https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/30962953/ Acesso em: 10 jun. 2026.

BOFF, L. **Sustentabilidade**: o que é - o que não é. 4. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2015. 200p.

BRUNDTLAND, G. H. (org.). **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: FGV, 1987. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4245128/mod_resource/content/3/Nosso%20Futuro%20Com um.pdf. Acesso em: 10 jun. 2026.

CASALI, A. M. D. Apresentação à seção ensaio crítico. **e-Curriculum**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 488, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-38762020000200488&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 10 jun. 2026.

GERALDO, G.; PINTO, M. D. S. Sustentabilidade informacional: relevância de discussão da temática do desenvolvimento sustentável na Ciência da Informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 20., Santa Catarina, 2019. **Anais** [...]. Santa Catarina: ANCIB, 2019.

GERALDO, G. **Proposição de diretrizes de qualidade e asseguração informacional para monitoramento de Objetivos Globais de Desenvolvimento Sustentável**. 2025. 382 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/265033/PCIN0387-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y Acesso em: 23 maio 2026.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

KRENAK, A. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, A. **Futuro ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRUSE, B. C.; CUNHA, L. A. G. Reflexões críticas acerca do desenvolvimento (in)sustentável. **Revista Ideas**: Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 1-24, 2022. Disponível em: https://revistaideas.ufrrj.br/ojs/index.php/ideas/pt_BR/article/view/322. Acesso em: 1 jun. 2026.

LEFF, E. **Aventuras da epistemologia ambiental**: da articulação das ciências ao diálogo de saberes. São Paulo: Cortez, 2012.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. Tradução de Sandra Valenzuela. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

LEFF, E. **Saber ambiental**. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 11.ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MAGESTE, A. E. S. **Uma análise do conceito de desenvolvimento sustentável apresentada no relatório Brundtland (1987) a partir da perspectiva decolonial**. 2023. 24 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2023. Disponível em: https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/38267 Acesso em: 1 jun. 2026.

PEREIRA, T. T. S.; PINTO, M. D. S. Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade: panorama de produções científicas do Encontro Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação (ENANCIB). **Informação & Informação**, Paraíba, v. 31, n. 1, p. 181–209, 2026. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/53899. Acesso em: 10 jun. 2026.

PINTO, J. B. M.; FREITAS, F. R. Ambiguidades e contradições do desenvolvimento sustentável. In: PINTO, J. B. M. (org.). **Da insustentabilidade do desenvolvimento sustentável à sustentabilidade com desenvolvimento**. 2. ed. Belo Horizonte: Editora Instituto Dh, 2017. p. 58-81. Disponível em: https://escoladeativismo.org.br/biblioteca-ea/da-insustentabilidade-do-desenvolvimento-sustentavel-a-sustentabilidade-com-desenvolvimento/ . Acesso em: 1 jun. 2026.

RODRIGUES, T. O.; VIDOTTI, S. A. B. G. Gestão da informação para a sustentabilidade: periódicos científicos apoiando o desenvolvimento sustentável. *In*: WORKSHOP DE INFORMAÇÃO DADOS E TECNOLOGIA, 5., 2024. **Anais [...]**. Brasília: WIDat, 2024. Disponível em: https://www.brapci.inf.br/v/301377. Acesso em: 1 jun. 2026.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática X revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. v-vi, 2007. Disponível em: https://acta-ape.org/article/revisao-sistematica-x-revisao-narrativa/ Acesso em: 1 jun. 2026.

SANTOS, A. B. (NEGO BISPO). **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023. 112 p.

SACHS, J. D. **A era do desenvolvimento sustentável**. Lisboa: Actual, 2017. 552 p. Tradução de Jaime Araújo.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável sustentado**. Editora Garamond, 2008, 151 p.

SACHS, I. **A terceira margem**: em busca do ecodesenvolvimento. Companhia das letras, 2009a, 392 p.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Editora Garamond, 2009b, 96 p.

SACHS, W. O dicionário do desenvolvimento revisitado. *In:* KOTHARI, Ashush et al (org.). **Pluriverso**: um dicionário do pós-desenvolvimento. São Paulo: Elefante, 2021. Cap. 1. p. 17-26.

VIZEU, F.; MENEGHETTI, F. K.; SEIFERT, R. E. Por uma crítica ao conceito de desenvolvimento sustentável. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 569-583, set. 2012. Disponível em: https://www.scielo.br/j/cebape/a/r5yWQp4wykg5RWJN9pmxjQJ/ . Acesso em: 10 jun. 2026.